

Inserção Internacional da Região Nordeste do Brasil: Reações às Políticas de Incentivos e Transformações Recentes

Ana Maria Fontenele

Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo (USP); Professora e Pesquisadora do Departamento de Teoria Econômica (DTE) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maria Cristina Pereira de Melo

Doutora em Economia pela Universidade de Paris (França); Professora e Pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN) e do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará

Antônio Luiz Abreu Dantas

Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica FEAAC(UFC)

Resumo

Analisa a capacidade exportadora do Nordeste do Brasil com base em condicionantes sistêmicos relacionados à abertura da economia e no desempenho recente do comércio exterior dos estados da região. A possibilidade de expansão dessa capacidade é vista pelas especificidades de políticas públicas estaduais de atração de investimentos e pelos destinos das exportações. Considerando os limites impostos pelas políticas nacionais, conclui-se que a manutenção ou criação de novos setores competitivos na região somente será possível mediante associação de estratégias estaduais estilizadas, considerando as características específicas dos estados e adotando estratégias industriais, de investimentos públicos e de assistência que possam alavancar as condições sociais da região associadas à melhoria de qualidade dos gastos públicos.

Palavras-chave:

Comércio Exterior; Competitividade; Região Nordeste.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a capacidade exportadora da Região Nordeste do Brasil com base em condicionantes sistêmicos relacionados à abertura de sua economia e no desempenho recente do comércio exterior de seus estados. Dessa forma, procura-se captar as potencialidades da região e de seus estados por meio da capacidade exportadora revelada no período recente e das possibilidades de expansão dessa capacidade, orientadas pelas condições sistêmicas, pelas especificidades de políticas públicas estaduais e pela configuração dos destinos de suas exportações.

O motivo indutor deste trabalho está essencialmente ligado à própria história econômica da Região Nordeste e ao dinamismo apreendido pela performance de seu comércio exterior, pelos resultados das políticas de incentivos regionais implementadas e, nos últimos anos, pelas políticas estaduais de atração de investimentos.

Até meados do século XIX, a economia nordestina era considerada dinâmica e fundamentada na geração de produtos agrícolas para exportação, mais precisamente cana-de-açúcar e algodão. Aproveitando-se de vantagens comparativas locais (proximidade da Europa), aliadas à dotação de recursos naturais adaptáveis à cultura da cana (Zona da Mata), a Região foi considerada ideal para a expansão dos negócios, levando a que o Nordeste se constituísse no centro dinâmico da economia brasileira durante o “ciclo do açúcar” (séculos XVI e XVII). O declínio do “ciclo açucareiro” deu-se no século XVII, quando a produção de cana-de-açúcar passou a ser desenvolvida nas Antilhas. A partir de então, o centro dinâmico do País se dirige para a Região Sudeste.

O bom desempenho do Nordeste retorna nos séculos XVIII e XIX, representado, nos fundamentos de formação econômica, pelo “ciclo algodoeiro”. Após o restabelecimento da oferta de algodão pelos Estados Unidos (um

dos maiores produtores e que havia interrompido o fornecimento para as fábricas inglesas durante as lutas pela independência), a produção nordestina é redirecionada para atender à demanda interna da indústria têxtil, em ascensão. Entre o final do “ciclo do algodão” até a década de 1950, o dinamismo da Região Nordeste se esvai, sendo resgatado posteriormente pelas propostas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), principalmente aquelas referentes aos estímulos à industrialização.

De forma direta ou indireta, tornou-se consenso que o setor público impulsionou o bom desempenho da economia nordestina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, por meio das políticas de investimento público. Nesse processo, mudanças importantes se fazem na configuração dos setores de produção. Como exemplo, no setor agropecuário ocorre um direcionamento para a produção de culturas não-tradicionais (mamão, manga, uva, etc.) em detrimento das tradicionais (algodão, mandioca, mamona, etc.). Quanto ao setor indústria, passa a haver um redirecionamento das atividades industriais tradicionais para a produção de bens intermediários.

Nos últimos anos, as políticas específicas de alguns estados nordestinos, montadas basicamente em incentivos fiscais, implantação de infraestrutura necessária (inclusive doação de terrenos) e garantia da formação de recursos humanos, parecem novamente mudar a configuração da oferta da região.

Essa história, aqui rapidamente traçada, montou um ambiente sistêmico que expõe o Nordeste como o mais pobre entre as grandes regiões do País, com seus estados constituindo-se nos detentores dos piores índices de desenvolvimento humano. Inseridos no ambiente de abertura da economia brasileira, procuramos aqui investigar as possibilidades de se eleger a variável exportação aliada às estratégias industriais como promotora de crescimento para os estados da Região Nordeste.

Para a compreensão de nosso objeto de estudo, esse trabalho será apresentado começando por alguns aspectos metodológicos, mostrados na primeira seção; em seguida, faz-se uma breve digressão sobre o apoio ao crescimento estadual/regional via políticas públicas contidas em planos de desenvolvimento. Na terceira seção, expõem-se a Região e seus estados por meio das características do grau de abertura e de suas posições diante do comércio exterior brasileiro, no período 1991-1997; por último, é feita uma análise do desempenho recente do comércio exterior, com base nos principais setores exportadores revelados nos estados. Essa periodização é aqui justificada pelo intuito de captar os resultados de políticas de dimensão nacional, adotadas para compensar os efeitos da política cambial do Plano Real – e de dimensão estadual – como a atração de investimentos industriais como estratégia estilizada de crescimento econômico.

2 - ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

A exposição da capacidade exportadora da Região Nordeste será realizada mediante a manipulação do conceito de competitividade sistêmica, definida pela caracterização do ambiente externo para setores identificados anteriormente como competitivos, pela ótica específica da competitividade revelada tendo em vista seu desempenho no comércio exterior (Fontenele, Melo & Rosa, 1998). Esta visão de competitividade mostra um resultado (expresso no comércio exterior) que, de alguma forma, revela o ambiente externo que pode ter sido construído (ou modificado) por ações de políticas econômicas com o objetivo específico de promover tal competitividade ou proporcioná-la como consequência.

Tendo isso em vista, não se trata aqui de analisar (ou apresentar) os diversos planos ou decisões políticas que fizeram o contorno sistêmico que origina a competitividade. A escolha do período justifica-se pela necessidade de se captar a

inserção internacional dos estados do Nordeste no período pós-abertura comercial.

Resultados anteriores apresentaram, por meio do cruzamento de valores de indicadores de desempenho no comércio exterior, um conjunto de setores revelados competitivos que, de forma geral, expressavam a especialização estadual e a competitividade baseada em vantagens comparativas clássicas (Fontenele, Melo & Rosa, 1998). Como resultado desses estudos, 45 setores foram apresentados pelo seu *status* de competitividade no período 1991-1996, expostos a seguir¹:

Ganhando competitividade: Produtos químicos orgânicos; Frutos comestíveis, cascas de frutas; Produtos químicos inorgânicos; Materiais utilizados na fabricação de papel; Pérolas naturais e pedras preciosas; Máquinas e aparelhos elétricos; Bebidas, líquidos alcoólicos, vinagres; Sementes e frutos oleaginosos e grãos; Preparado de legumes, hortaliças e frutas; Papel, cartolina, cartão e suas obras; Extratos tanantes e tintoriais, tintas; Madeira e suas obras, carvão vegetal; Obras de pedra, gesso e cimento; Borracha natural ou sintética; Café, mate, chá e especiarias; Linho e rami; Instrumentos e aparatos de ótica, fotografia; Produtos de origem animal; Navegação marítima e fluvial; Gomas, resinas, outros sucos e extratos vegetais; Ferro fundido, ferro e aço.

Permanecendo competitivos: Alumínio; Ligas de ferro e moedas; Cobre; Peles e couros; Sabões, ceras artificiais; Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; Sal, enxofre, cal e cimento; Calçados, perneiras;

¹ Os setores aqui apresentados se referem aos Capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias em vigor até 1996. A partir de 1997, os resultados das transformações recentes serão expostos de acordo com a nomenclatura em vigor, ou seja, a Nomenclatura Comum do Mercosul. Para a harmonização entre os dois códigos, ver Aduaneiras (1998).

Perdendo competitividade: Açúcares e produtos de confeitaria; Matérias plásticas artificiais; Cacau e suas preparações; Combustíveis minerais, óleos e ceras minerais; Têxteis metalizados; Gorduras, óleos e ceras; Peixes, crustáceos e moluscos; Têxteis sintéticos e artificiais descontínuos; Fumo ou tabaco; Aparelhos de reprodução de som e imagem, instrumentos musicais; Óleos essenciais e resinóides; Vestuário e seus acessórios de tecidos; Produtos para fotografia e cinematografia; Outros artigos de confecção de tecidos; Tecidos, artigos de malharia; Chapéus e artigos de uso e suas partes.

O ambiente externo será tratado também pela identificação do dinamismo dos setores exportadores brasileiros, uma vez que a capacidade exportadora das grandes regiões do País (com os estados que as compõem) está também sujeita a determinantes macroeconômicos de nível nacional, como a política cambial, créditos para exportação, etc., que de alguma forma fornecem os limites para as exportações específicas dessas regiões. Considera-se então imprescindível o confronto com estudos sobre competitividade e capacidade exportadora do País como um todo. Tendo isso em vista, identifica-se quais setores no Nordeste poderiam ser considerados competitivos, com base em estudo da Confederação Nacional da Indústria (1998) que se fundamenta, inclusive, no dinamismo da demanda mundial representada pelas compras dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)². Além deste destino especial (principal demanda mundial), a configuração dos destinos das exportações nordestinas será feita pela união dos países em blocos econômicos estruturados, objetivando traçar aspectos do perfil da demanda dos respectivos blocos pelos produtos nordestinos.

² A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, instituição criada em 1961, composta de 30 países, tem por objetivos incentivar o crescimento econômico, o alto nível de emprego e a estabilidade financeira entre seus membros, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico em geral e a expansão do comércio multilateral.

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA BREVE DIGRESSÃO

A ausência de um parque industrial moderno e dinâmico dificultou a inserção da Região Nordeste nas economias nacional e internacional no início dos anos 50 do século XX. A implantação do “Estado Desenvolvimentista” no País, a partir dos anos 60, procurou criar condições para um melhor desempenho das forças produtivas nessa região.

Nos dois primeiros planos diretores da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destacavam-se os investimentos em infraestrutura, principalmente em energia e estradas, como pré-condição para implantação de investimentos na base produtiva nordestina. Destaque-se, ainda, os investimentos em pesquisa de recursos naturais, no sentido de identificá-los e promover o aproveitamento das potencialidades regionais.

Os incentivos fiscais – Art. 34/18, Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e outros, implantados como força de atração de investimentos industriais e, posteriormente, estendidos aos demais setores, complementados com créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste, deram um grande impulso à economia nordestina, colocando as atividades industriais responsáveis pelo grande surto de desenvolvimento regional a partir de então.

Após a implantação do sistema de incentivos fiscais, o quadro econômico regional passou por sensíveis modificações estruturais, saindo o Nordeste da condição de tradicional região produtora de bens de consumo não-duráveis para uma especialização em bens intermediários, com o surgimento dos principais pólos de desenvolvimento da Região. Neste aspecto, cabe aqui destacar o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o complexo de Salgema em Alagoas, o complexo Minerometalúrgico, no Mara-

não, dentre outros, como o Pólo de Confeção de Fortaleza, atualmente com uma dimensão bem maior no contexto industrial brasileiro, em face da instalação de grandes empresas do setor no Ceará.

Além dos benefícios advindos da política dos incentivos fiscais, adicione-se ainda a contribuição dos três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), cujas diretrizes regionais foram compatibilizadas nos respectivos Planos de Desenvolvimento do Nordeste, destacando-se no I PND o Programa de Integração Nacional, com a implantação dos corredores de exportação no Nordeste.

Embora tenham sido planos tecnicamente bem elaborados, seus resultados para a economia nordestina podem ser considerados insignificantes. O III PND, por exemplo, no que se refere à política industrial, destacava apenas “o apoio e promoção à reorientação espacial de novos investimentos”; ou seja, nesse plano, a política industrial recebeu vaga atenção, uma vez que o mesmo tinha um caráter bem mais qualitativo que quantitativo.

Apesar dos vários planos regionais de desenvolvimento, dos incentivos fiscais como força de atração industrial, dos recursos do BNDES e do Banco do Nordeste, o processo de industrialização nordestino beneficiou-se com a transformação de empresas oligopolizadas em busca de novos mercados e de fontes de matérias-primas.

A crescente redução da credibilidade nos incentivos fiscais, a escassez de recursos orçamentários disponíveis para o Nordeste e, principalmente, a ausência de uma política industrial de longo prazo para região, que agregasse a economia nordestina à nacional, fizeram surgir, nos estados nordestinos, políticas locais de atração de investimentos industriais. Essa prática é considerada teoricamente danosa para o País no médio prazo, já que a “guerra fiscal” funciona na base de quem oferece maiores vantagens financeiras, tributárias e de infra-estrutura física para a localização de uma nova indús-

tria. No longo prazo, essa guerra fiscal praticada pelos estados brasileiros levará, sem dúvida, a um saldo negativo, parecendo ampliar o quadro de desigualdades intra-regional e intra-estadual.

4 - REBATIMENTOS DE POLÍTICAS E DA ABERTURA ECONÔMICA SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR DO NORDESTE: ALGUNS RESULTADOS

Para uma análise apurada do comportamento do setor exportador nordestino, apresentam-se nesta seção alguns indicadores de desempenho revelados pelo comércio exterior da Região.

No ambiente apresentado nas seções anteriores, as participações do comércio exterior e do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste em relação ao País, no período 1991-1997, não oscilam de maneira significativa. A região representa cerca de 15% do PIB brasileiro, constatando-se, no entanto, uma redução dessa participação em torno de 10% no período em questão. Suas exportações compreendem 7,5% das exportações totais do Brasil, em 1997, e suas importações, 7% (Ver TABELA 1).

O ambiente de abertura que buscamos captar será então desenhado por outros indicadores que possam caracterizar a exposição dos estados

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NO BRASIL:
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (1991/1997)

ANOS	XNe/XBr	MNe/MBr
1991	0,0904	0,0749
1992	0,0848	0,0669
1993	0,0781	0,0769
1994	0,0701	0,0763
1995	0,0912	0,0717
1996	0,0807	0,0778
1997	0,0747	0,0669

FONTE: Boletim ... (1997); Carta ... (1997)

nordestinos ao comércio mundial, no período 1991-1997, enumerados a seguir:

1) O coeficiente de importação (m = participação das importações na oferta global) da Região Nordeste situa-se em torno de 50% do valor do mesmo coeficiente para o Brasil, durante todo o período considerado. Isso pode ser evidenciado pela participação do Nordeste nas importações brasileiras, da ordem de 7%, enquanto o PIB nordestino representa cerca de 15% do brasileiro, expondo um menor grau de abertura da economia nordestina em relação ao País. Quanto ao coeficiente de importação dos estados da região, há que se destacar o crescimento ocorrido na maioria dos estados nesse período (Ver TABELAS 2 e 3).

2) A participação do comércio mundial nordestino no PIB da Região ($GA=X+M/PIB$) cor-

das exportações da Região. Um destaque também deve ser feito para o Estado da Bahia, que participa com 31% do PIB regional, com 47% das exportações e 39% das importações regionais. Esses dois estados tradicionalmente têm revelado um caráter exportador (Ver TABELAS 2, 3 e 4).

3) Analisando a taxa simples de cobertura das importações nordestinas (X/M) ao longo do período, observa-se redução de 53%, decorrente do aumento das importações em 160%, enquanto as exportações expandiram-se apenas em 39%. Deve-se ressaltar, no entanto, que a taxa de cobertura das importações regionais em relação ao Brasil permaneceu estável nesse período, apresentando aumento em torno de 7,5%, com valor maior que a unidade em todo o período considerado. Esse resultado revela pouca ou nenhuma diferença da reação regional, comparada ao Brasil como um todo, em resposta à política de abertura e à política cambial processadas no período (Fontenele & Melo, 1998).

4) No que se refere ao movimento do saldo da balança comercial nordestina, observa-se que este decresceu a ponto de reduzir em 75% sua participação no volume de comércio mundial da região, no período 1991-1995 (quando o saldo ainda era positivo), apresentando nos anos subsequentes uma tendência declinante, movimento este semelhante àquela observado para o País como um todo, referendando o resultado anterior.

5) Como consequência do comportamento dos indicadores acima, a participação do comércio mundial nordestino no comércio mundial brasileiro *Market Share* (MS) permaneceu estável, em torno de 8%. O estado da Bahia possui a maior participação no comércio mundial dentre os estados do Nordeste, seguido de Ceará e de Pernambuco. Vale salientar que estes três estados apresentam também os maiores coeficientes de importação da Região, por se constituírem nos estados mais ricos desse conjunto.

Com a finalidade de enriquecer o quadro sistêmico dos estados do Nordeste, utilizaremos suas participações nas exportações da Região, indica-

TABELA 2
COMÉRCIO MUNDIAL DO NORDESTE E
COMÉRCIO MUNDIAL BRASILEIRO (1991/1997)

INDICADORES	ANOS	
	1991	1997
<i>mNe</i>	0,0244	0,0318
<i>mBr</i>	0,0517	0,0712
<i>GANe</i>	0,0703	0,0649
<i>GABr</i>	0,1364	0,1439
MS (Ne/Br)	0,0841	0,0702

FONTE: Boletim ... (1997); Carta ... (1997)

robora a afirmação de que o Nordeste é bem menos aberto que o País como um todo. A participação do comércio mundial no PIB nordestino situa-se em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil. No entanto, há uma forte variação do grau de abertura entre os estados. No ano de 1997, os estados do Maranhão e da Bahia apresentaram um Grau de Abertura (GA) bem superior ao da Região Nordeste. Deve-se salientar que para o Estado do Maranhão este resultado é explicado por uma participação de 9% no PIB regional em 1997, enquanto suas exportações representaram naquele ano 19%

TABELA 3
COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO E GRAU DE ABERTURA POR ESTADO DA REGIÃO NORDESTE (1991/1997)

ESTADOS	1991		1997	
	M/PIB+M	X+M/PIB	M/PIB+M	X+M/PIB
Maranhão	0,0382	0,1249	0,0354	0,1000
Piauí	0,0026	0,0171	0,0177	0,0300
Ceará	0,0168	0,0455	0,0312	0,0502
Rio Grande do Norte	0,0016	0,0211	0,0156	0,0268
Paraíba	0,0137	0,0283	0,0190	0,0306
Pernambuco	0,0275	0,0591	0,0404	0,0598
Alagoas	0,0230	0,0991	0,0185	0,0681
Sergipe	0,0066	0,0170	0,0213	0,0304
Bahia	0,0342	0,1003	0,0389	0,0886

FONTE: Boletim ... (1997); Carta ... (1997)

dor este que servirá também de referência para a ordenação dos estados. Na seqüência: Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe (Ver TABELA 4). Torna-se, no entanto, necessário qualificar essas participações, analisando o indicador expresso pela importância das exportações no PIB estadual, inferindo o caráter exportador do estado relativo ao Nordeste; e, ainda, comparar com essa mesma característica para a região em relação ao Brasil. Constatase que Maranhão, Bahia e Alagoas (nessa ordem) revelam-se no período como estados fortemente voltados para a exportação. Dentre estes, a Bahia destaca-se por ser indubitavelmente o mais rico e o mais industrializado estado nordestino, daí apresentar o maior coeficiente de importação dentre os três.

Quanto à participação dos estados nordestinos no PIB da região, observa-se claramente que durante o período 1991-1997 nenhum dos estados ganhou posição relativa. Novamente a Bahia mostra-se como o principal estado da região, perfazendo, em conjunto com Pernambuco e Ceará, 65% do PIB nordestino. O estado com menor participação no PIB regional é Sergipe, seguido de perto pelo Piauí.

Considerando a evolução do PIB de 1991 a 1996 (a preços de 1996), a Região Nordeste experimentou uma variação da ordem de 11%, ocu-

pando a quarta posição dentre as grandes regiões brasileiras – crescimento esse, no entanto, abaixo do observado para o Brasil como um todo (16%). Como conseqüência, o Nordeste, que representava, em 1991, 15% do PIB brasileiro, chegou a 14% em 1996. Dos estados nordestinos, apenas Maranhão e Piauí estão entre os dez estados brasileiros que mais cresceram entre 1991 e 1996, e quatro deles (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe) obtiveram a menor variação desse indicador. Maranhão, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará experimentaram crescimento acima da taxa regional (IPEA, 1998).

Para completar a descrição do ambiente sistêmico, passaremos a identificar os principais parceiros³ por estado do Nordeste, considerando a localização dos principais setores exportadores e o destino de suas exportações para os blocos econômicos estruturados.

³ O termo “parceiro” é aqui utilizado considerando países ou regiões de destinos das exportações. A União Européia está aqui restrita ao grupo dos doze países iniciais do bloco, dado o período de apuração dos dados. Ásia (-) exclui Japão e China, expostos separadamente. Para maiores detalhes ver Fontenele & Melo (1998).

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS (1997)

ESTADOS*	(a) Xest/XNe	(b) PIBest/PIBNe	(a)/(b)
Bahia	0,4775	0,3165	1,51
Maranhão	0,1869	0,0938	1,99
Pernambuco	0,0934	0,1675	0,56
Ceará	0,0884	0,1563	0,56
Alagoas	0,0858	0,0553	1,55
Paraíba	0,0227	0,0681	0,33
Rio Grande do Norte	0,0227	0,0657	0,35
Piauí	0,0151	0,0400	0,38
Sergipe	0,0101	0,0368	0,27
Nordeste **	0,0742	0,1558	0,48

FONTE: Carta ... (1997)

(*) Ordenação segundo importância em 1997

(**) Mesmo indicador para o Nordeste Relativo ao Brasil.

5 - EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE: PRINCIPAIS PARCEIROS E ESPECIFICIDADES ESTADUAIS

Uma vez que as diretrizes de políticas industriais ou de promoção de exportações devam necessariamente ser orientadas levando em consideração a importância das regiões de destino para sinalizar as perspectivas de demanda e definir estratégias exportadoras realmente competitivas, torna-se imprescindível identificar os parceiros, o que, juntamente com as vantagens comparativas já reveladas pelos estados, ajuda a delinear o escopo de tais políticas.

Ao observarmos os destinos das exportações do Nordeste, constatamos uma forte concentração nos Estados Unidos, União Européia, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Japão que, juntos, perfaziam uma participação de 72%, em 1996, contra 69% em 1991. Essa tendência de concentração em torno desses destinos é verificada em toda a década de 90. Há, no entanto, perda de participação da União Européia e ganho do Mercosul, movimento justificado, evidentemente, pela criação e estruturação deste último bloco e pelo fato de as exportações estarem ex-

pressas em valor (dólar), uma vez que os produtos destinados a cada bloco têm características de valores agregados nitidamente diferentes. Os Estados Unidos novamente se confirmam como o maior comprador dos produtos da região. As exportações para os destinos aqui considerados

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES DE DESTINO
DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL E DO
NORDESTE (1991/1996)

REGIÕES DE DESTINO	NORDESTE	
	1991	1996
Estados Unidos	0,2396	0,2368
União Européia (12)	0,2894	0,2251
MERCOSUL	0,0490	0,1295
Japão	0,1103	0,1283
Ásia (-)	0,0391	0,0346
Canadá e México	0,0383	0,0276
EFTA	0,0100	0,0111
China	0,0076	0,0045
Subtotal	0,7834	0,7975
Resto do Mundo	0,2166	0,2025

FONTE: Sistema de Informações da Especialização em Comércio Exterior (ECEX)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 1997.

Ordenação segundo a importância da Região de destino para o Nordeste em 1996.

TABELA 6
EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORDESTE (1996)
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES DE DESTINO NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS (XRD/XTOT)

REGIÕES DE DESTINO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
EUA	0,1340	0,1978	0,4576	0,3060	0,2169	0,2051	0,3494	0,1143	0,2199
Canadá e México	0,0144	0,0281	0,0557	0,0454	0,0012	0,0230	0,0326	0,0070	0,0276
UE (12)	0,2755	0,5135	0,1244	0,3276	0,4235	0,2016	0,0751	0,4962	0,2111
EFTA	0,0287	0,0424	0,0049	0,0457	0,0204	0,0026	0,0004	0,0030	0,0061
MERCOSUL	0,0741	0,0127	0,1381	0,0517	0,0400	0,1317	0,0323	0,2141	0,1706
JAPÃO	0,4180	0,0443	0,0614	0,0049	0,1609	0,0167	0,0791	0,0013	0,0741
ÁSIA (-)	0,0419	0,0237	0,0068	0,0029	0,0147	0,0069	0,0031	-	0,0510
CHINA	0,0107	0,0100	-	0,0002	-	0,0001	-	-	0,0050
Subtotal	0,9973	0,8725	0,8489	0,7844	0,8776	0,5877	0,5720	0,8376	0,7654
Resto do Mundo	0,0027	0,1275	0,1511	0,2156	0,1224	0,4123	0,4280	0,1624	0,2346

FONTE: Sistema de Informações ECEX/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 1997

OBS: XRD significa exportações para a região de destino correspondente nas linhas da TABELA.

perfazem 80% das exportações nordestinas em 1996, participação essa utilizada como referência na maioria dos estudos sobre competitividade de revelada no comércio exterior.

O Ceará é o estado do Nordeste com maior participação relativa dos Estados Unidos em suas exportações (46% do total em 1996), seguido de Alagoas (35%) e do Rio Grande do Norte (com 31%). Bahia, Pernambuco, Paraíba e Piauí exportam entre 20 e 22% para aquele país.

Mais da metade das exportações piauienses destina-se à União Européia. No Nordeste, a participação mais próxima para esse bloco refere-se a Sergipe (50% das exportações), seguido do Estado da Paraíba⁴.

O Japão é o principal parceiro do Maranhão (42%), que exporta apenas 13% para os Estados Unidos, percentual esse bem abaixo da média da Região. O estado da Paraíba é o segundo maior

parceiro do Japão na Região Nordeste, destinando a este país 16% das suas exportações. Alagoas, Bahia e Ceará exportam entre 6% e 8% do total de suas pautas para o Japão.

Dentre as regiões de destino aqui destacadas, o Mercosul já se constitui em importante comprador de produtos industrializados nordestinos. Estes produtos são, essencialmente, bens de consumo não-duráveis e bens intermediários. Desse conjunto, produtos químicos participavam, nas exportações de 1996, com mais de 40%, seguidos de plásticos e borrachas (16%) têxteis (11%), alimentos, fumo e bebidas (11%) e metais comuns (9%). Esse desempenho das exportações de produtos químicos refere-se aos produtos petroquímicos da Bahia e químicos inorgânicos do Maranhão e de Alagoas. Os produtos do setor têxtil dizem respeito aos têxteis metalizados (inclusive índigo) do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte e vestuário de Pernambuco e Paraíba. O grupo de metais comuns exporta cobre da Bahia, mas principalmente alumínio e produtos de alumínio do Maranhão e Pernambuco. O grupo de produtos em que o Nordeste possui vantagens comparativas reveladas foi responsável, em 1996, por cerca de 91% das exportações nordestinas para o Mercosul.

⁴ Deve-se lembrar que a comparação aqui é feita para cada estado em particular. Saliente-se que uma participação maior (do bloco) não significa, em valor absoluto (ou quantidade exportada), exportações maiores, uma vez que se comparam estados com valores de exportações muito diferentes.

Os Estados Unidos importam da Região Nordeste uma gama de produtos da indústria tradicional, incluindo têxteis, alimentos, fumo e bebidas, assim como metais comuns; e, no período recente, produtos industriais tipo navegação marítima e fluvial (embora com comportamento irregular), produtos químicos para fotografia e cinematografia, além de papel e celulose.

A União Européia e o Japão adquirem do Nordeste, fundamentalmente, *commodities* tradicionais. No entanto, um setor que vem emergindo no período recente na pauta de exportações nordestinas para o primeiro bloco é o de instrumentos e aparatos de ótica e fotografia.

A utilização da dinâmica da demanda desses blocos como referência para a análise de competitividade de setores industriais é validada tanto por sua determinante participação nas importações mundiais como pelas características dos tipos de produtos exportados pelo Nordeste. Estes, em sua maioria, são *commodities*, produtos em que existe a prevalência de empresas competitivas. Nesse sentido, referendamos também o resultado de que as exportações nordestinas são, predominantemente, de produtos de processamento industrial básico, que são muito suscetíveis à evolução da economia internacional (Haguenauer, Ferraz & Kupfer, 1996). Dessa forma, esses países (quase a totalidade da demanda da OCDE⁵), como clientes de produtos industriais básicos, forçariam uma “boa” performance das empresas produtoras desses grupos de produtos.

O estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) a que nos referimos anteriormen-

te, sobre desempenho da indústria brasileira no período 89/95, elaborado para definir elementos para a formação de estratégias exportadoras, leva em conta, para a análise do dinamismo e da competitividade dos setores industriais, que os países membros da OCDE representam cerca de 70% das compras mundiais de manufaturados, permitindo que as importações da OCDE sejam uma boa aproximação da demanda mundial. Sendo assim, nada mais adequado existiria que considerar o dinamismo dessa demanda na inferência da competitividade internacional para, a partir daí, formularem-se as estratégias aludidas acima.

Para inferir a competitividade e o dinamismo de setores industriais brasileiros, a CNI faz o diagnóstico com base em indicadores de competitividade setoriais e classifica estes setores em dinâmicos (aumento da demanda da OCDE no período), superdinâmicos (aumento da demanda da OCDE superior a 10% no período), de maior demanda (participação na demanda da OCDE superior a 0,5%) e principais produtos de exportação (participação nas exportações totais brasileiras para a OCDE superior a 0,5%). Do conjunto de setores em que o Brasil revelou vantagem comparativa em 1995, o cobre tem no Nordeste um dos principais exportadores brasileiros. Este é um setor que mantém sua competitividade revelada pelo comércio exterior; no entanto, o comportamento das importações da OCDE não o classifica como dinâmico, apesar de Estados Unidos (23% das exportações) e União Européia (22%) estarem entre suas principais regiões de destino. O estado da Bahia é o único exportador dos produtos deste setor na região. Um setor dinâmico é o de produtos químicos orgânicos, em que o Nordeste também apresenta alto índice de vantagem comparativa em relação ao Brasil. Esse setor torna-se superdinâmico na segunda metade do período considerado, apresentando também um crescimento da especialização relativa para o Nordeste. O estado da Bahia exporta 85% do total das exportações nordestinas e o principal destino é a OCDE.

⁵ .. A OCDE reúne 30 países, dos quais os 20 membros iniciais são da Europa Ocidental e da América do Norte (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Itália, Holanda, Suécia, Canadá, Espanha, França, Irlanda, Noruega, Suíça, Áustria, Estados Unidos, Grécia, Islândia, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Turquia). Posteriormente, entraram Japão, Austrália, Nova Zelândia e Finlândia. Mais recentemente foram incorporados México, República Checa, Hungria, Polônia, Coréia e Eslováquia.

Algumas estrelas nascentes⁶ despontam no Nordeste:

a) O setor alumínio apresenta demanda superdinâmica. O Japão é o principal destino das exportações nordestinas de produtos deste setor, sendo o Maranhão responsável por 95% das exportações regionais;

b) Para produtos químicos inorgânicos, em que o Nordeste apresenta claras vantagens comparativas, o Brasil não se mostrou competitivo em alguma fase do período considerado, apesar do dinamismo revelado pela demanda da OCDE. O fato de o Nordeste possuir especialização neste setor, em relação ao Brasil, torna esses produtos importantes para o comércio exterior da Região. O estado do Maranhão é responsável por 60% das exportações nordestinas, a Bahia por 29% e Alagoas por 10%. O Mercosul revela-se a principal região de destino, com uma parcela representativa da demanda dos países da OCDE;

c) O Brasil mostra-se competitivo no setor de peles e couros e teve um crescimento da participação de mercado em 7,9%, de 92 para 95. O Nordeste apresenta vantagem comparativa com relação ao País e os produtos deste setor são exportados por sete dos nove estados nordestinos, mantendo seu grau de competitividade na Região na primeira metade dos anos 90. Os principais estados exportadores são Bahia (33% das exportações), Piauí (21%), Pernambuco, Rio Grande do Norte (13%) e Ceará (11%), enquanto a principal região de destino é a União Européia.

Do grupo de setores que revelam “oportunidades perdidas” para o Brasil, chama-se atenção para o setor exportador tradicional nordestino

de artigos confeccionados de matéria têxtil, setor este em que o Brasil perde mercado dentro da OCDE no período 92-95, apesar de possuir vantagem comparativa revelada quando comparado aos demais países exportadores. O estado de Pernambuco é responsável por 92% das exportações regionais de vestuário e seus acessórios de tecidos, destinadas, em sua maioria, para a União Européia. Ceará (56%) e Piauí (35%) são os principais exportadores de outros artigos de confecção de tecidos, que se destinam principalmente para os Estados Unidos. Salientamos, ainda, que os estados de Sergipe, Paraíba e Ceará são os principais responsáveis pelas exportações nordestinas de outros artigos de confecções (inclusive cama e mesa).

É importante destacar outro grupo de produtos manufaturados considerados dinâmicos para a OCDE, no período 92-95, nos quais o Brasil não apresenta vantagem comparativa revelada com relação aos demais países exportadores, mas em que a Região Nordeste apresentou alto índice de especialização relativa ao País como um todo, no período. É o grupo sabões, ceras artificiais, etc., que permanece competitivo pelos indicadores de competitividade revelada do Nordeste e cuja demanda na OCDE aumentou em torno de 6% no período. A Bahia é responsável por 100% das exportações, que vão principalmente para o Mercosul e, em segundo lugar, para os Estados Unidos, vislumbrando-se a possibilidade de ampliação da participação para esse último destino. A demanda da OCDE para o setor de pérolas naturais e sintéticas cresceu 5,5% no período, evidenciando ganho de competitividade na primeira metade da década de 90. O estado da Bahia responde por 100% das exportações regionais, que se destinam em sua totalidade para os Estados Unidos.

De modo geral, os estudos voltados para a definição de estratégias exportadoras constatarem não se poder sugerir que a ausência nos mercados dinâmicos tenha sido decisiva para o fraco desempenho exportador da economia

⁶ “Estrelas Nascentes” são os setores manufaturados brasileiros que, entre 1992 e 1995, apresentaram variação positiva nas importações da OCDE e na participação de mercado. “Oportunidades Perdidas” referem-se aos setores que, nesse período, apresentaram aumento da demanda da OCDE e o Brasil possuía vantagem comparativa.

brasileira nos anos 1990 (Confederação ..., 1998). No entanto, não podemos deixar de considerar tal dinamismo, definido não necessariamente apenas pelo crescimento da demanda, mas também pelo potencial desta; e é neste sentido que procuramos utilizar os destinos das exportações nordestinas.

Uma vez apresentados esses resultados de desempenho e desenhados alguns aspectos do ambiente externo aos setores exportadores nordestinos, identificamos a localização dos demais setores (não salientados acima) nos estados do Nordeste, para vislumbrarmos outras possíveis especificidades que possam expor alguma vantagem comparativa estadual.

Alguns desses setores estão presentes na maioria dos estados, como por exemplo: frutos comestíveis, casca de frutas, etc. (em 8 estados); peles e couros, gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (em 7); têxteis metalizados, preparados de legumes, hortaliças e frutas (em 6); produtos químicos orgânicos, açúcares e produtos de confeitaria, matérias plásticas artificiais, peixes, crustáceos e moluscos (em 5 estados).

O Ceará é o principal exportador de doze dos principais setores nordestinos. No entanto, sua especialização e vantagem comparativa são bem menos visíveis que no estado da Bahia, onde os produtos do Pólo Petroquímico dominam a pauta.

O Maranhão reflete especialização e vantagem comparativa visíveis pelo comportamento dos setores de alumínio e de sementes e frutos oleaginosos e grãos.

Pernambuco domina as exportações de certos tipos de vestuários e tecidos e artigos de malharia, além de borracha natural e sintética. É o segundo exportador de açúcar e produtos de confeitaria, atrás de Alagoas. Juntos, esses dois estados revelam claramente vantagens comparativas nesse setor.

Sergipe é o único exportador de fertilizantes do Nordeste, setor que apresenta perda de competitividade para a Região no período 1991-1996.

No geral, foram estes os principais resultados da inserção internacional do Nordeste do Brasil no período da abertura comercial propriamente dita.

A análise aqui apresentada será agora comparada à evolução recente (1997/1998) das exportações dos estados do Nordeste, com a finalidade de detectar possíveis mudanças de direção na pauta, que, em princípio, constituem frutos de implantação ou expansão de novos projetos industriais dos anos 90.

6 - EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS DO NORDESTE: ALGUNS RESULTADOS DE DESEMPENHO RECENTE

Analisando a posição relativa dos estados nordestinos no que se refere às suas participações nas exportações e importações na Região, não se percebeu nenhuma mudança significativa no ano de 1998. Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará, nessa ordem, constituem os principais estados exportadores, com o primeiro sendo responsável por praticamente metade do valor da pauta nordestina. Quanto às importações, os principais estados continuam os mesmos, refletindo, obviamente, a manutenção do quadro macroeconômico e social da região. As exportações da quase totalidade dos estados nordestinos, com exceção dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, recuaram acentuadamente entre 1995 e 1998. Comportamento inverso ocorreu nas importações, com exceção dos estados da Paraíba e Alagoas, que sofreram redução expressiva. Ambas as performances novamente refletem na região os resultados gerais da política cambial do Plano Real. De modo geral, há uma recuperação das exportações em 1997, quando medidas de política econômica foram tomadas para viabilizar o incremento das exporta-

TABELA 7
COMÉRCIO EXTERIOR DOS ESTADOS NORDESTINOS (1998)

ESTADOS	% Exportações-X	Ivalor de X 95=100	% Importações-M	Ivalor de M 95=100
Maranhão	17,09	95	8,40	134
Piauí	1,58	88	0,71	515
Ceará	9,55	101	17,15	99
Rio G. do Norte	2,74	128	2,13	235
Paraíba	1,45	63	4,09	72
Pernambuco	9,74	63	24,07	103
Alagoas	7,81	62	2,16	74
Sergipe	0,84	139	2,75	429
Bahia	49,19	95	38,54	105

FONTE: Confederação ... (1998); Boletim ... (1997)

TABELA 8
ESTADO DO MARANHÃO
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(76) Alumínio e suas obras	65,75	59,44
(72) Ferro fundido, ferro e aço	12,95	22,12
(12) Sementes e frutos oleaginosos, grãos, plantas medicinais, etc.	11,20	10,97
(28) Produtos quím. inorgânicos, compostos inorgânicos. ou org. de metais preciosos	7,04	4,88
(29) Produtos químicos orgânicos	1,55	1,58
Total dos Principais Setores	98,49	98,99

FONTE: Elaboração dos Autores, baseada nos dados da Confederação Nacional da Indústria⁸.

ções⁷. Pelo lado das importações, a variável de ajuste foi o nível da atividade econômica.

As especificidades estaduais serão analisadas no decorrer desta seção. Com base na análise da pauta de exportação de cada estado, identificam-se os principais produtos de exportação, tendo em vista sua participação na respectiva pauta nos dois últimos anos.

⁷ Por exemplo: permissão para contratação dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio para produtores de insumos; edição de decreto regulamentando os seguros de crédito às exportações; liberação de verba para o BNDES operar com recursos do Programa de Financiamento das Exportações (PROEX); manutenção de isenções tributárias para remessa ao exterior decorrentes de Contratos de Exportações e criação de um fundo de aval para média e pequena empresa com vistas a fomentar as exportações.

O estado do Maranhão mantém-se como segundo principal exportador da Região, no período recente, apresentando, ao longo da década de 1990, ganho de competitividade relacionada ao comércio exterior. Apenas cinco setores são responsáveis, em 1998, por 99% da pauta maranhense e somente o setor alumínio responde por cerca de 60%. Há que se destacar, nesse estado, o ganho de competitividade, no período recente, dos setores ferro fundido e ferro e aço, e a perda de participação do setor produtos químicos inorgânicos.

Durante a década de 1990, o Piauí conservou a posição de segunda menor participação nas exportações nordestinas. Apesar de suas importações

⁸ Dados brutos gentilmente cedidos pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a quem os autores agradecem.

terem aumentado e, na sua grande maioria, se constituírem de produtos industrializados, o estado continua fechado e mantém seu caráter não competitivo internacionalmente. Seis produtos são responsáveis por quase a totalidade da pauta de exportações do Piauí. Com exceção de vestuário, que participa com 9% da pauta em 1998, os demais setores pertencem ao grupo de *commodities*. Destaca-se, nos dois últimos anos, o aumento em importância relativa dos setores frutos e sementes oleaginosas. Em qualquer setor analisado, o Piauí não apre-

senta especialização relativa para os produtos exportados.

O Ceará é o quarto estado exportador do Nordeste, acompanhando de perto Pernambuco. Sua participação no comércio exterior nordestino vem aumentando gradativamente e o Estado revela-se aberto e mantém sua competitividade. Ao se analisar sua pauta de exportações para o ano de 1998, observa-se que ela continua bastante restrita. Apenas oito setores são responsá-

TABELA 9
ESTADO DO PIAUÍ
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(15) Gorduras, óleos e ceras (animais e vegetais)	37,16	27,82
(41) Peles e couros	25,61	22,70
(29) Produtos químicos orgânicos	24,13	20,99
(08) Frutas, cascas de cítricos e de melões	5,02	9,73
(12) Sementes, frutos oleaginosos, grãos, plantas medicinais, etc.	0,47	9,26
(62) Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	7,10	8,98
Total dos Principais Setores	99,49	99,48

FONTE: Confederação ... (1998)

TABELA 10
ESTADO DO CEARÁ
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(8) Frutas, cascas de cítricos e de melões	39,22	34,98
(64) Calçados, polainas e suas partes	9,97	18,46
(52) Algodão fios e tecidos de algodão	12,08	14,31
(3) Peixes, crustáceos e moluscos	12,02	9,92
(15) Gorduras, óleos e ceras (animal e vegetal)	9,53	7,94
(55) Fios e tecidos de fibras sintéticas e artificiais descontínuas	2,69	2,11
(13) Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	1,75	1,93
(68) Obras de pedra, gesso, cimento, etc.	1,17	1,02
(72) Ferro fundido, ferro e aço	1,36	0,92
(73) Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,24	0,78
(41) Peles e couros	0,78	0,75
(60) Tecidos de malha		0,70
Total dos Principais Setores	91,81	93,82

FONTE: Confederação ... (1998)

TABELA 11
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(08) Frutos, cascas de cítricos e de melões	40,69	46,57
(17) Açúcares e produtos de confeitaria	23,00	18,84
(41) Peles e couros	12,45	8,56
(25) Sal, enxofre	4,25	6,86
(61) Vestuário e seus acessórios, de malha	0,85	4,64
(52) Algodão, fios e tecidos de algodão	5,24	4,55
(03) Peixes, crustáceos e moluscos	5,68	4,16
(56) Pastas, feltros e falsos tecidos, cordéis, cordas e cabos	1,73	1,50
(20) Preparados de legumes e frutas e de outras partes de plantas	1,77	1,16
Total dos Principais Setores	95,66	96,84

FONTE: Confederação ... (1998)

veis por 90% do total das exportações, permanecendo como principal setor exportador o de frutos comestíveis (35% da pauta). A queda de participação desse setor em cerca de 10%, quando se compara com 1997, deve-se essencialmente aos efeitos da seca em 1998, que afetou seriamente seu principal produto, a castanha de caju. Salienta-se, sobretudo, o comportamento das exportações de calçados, sétimo setor da pauta de exportação de 1996 (2,25%), evoluindo para o segundo lugar no *ranking* em 1998 (18,5%), deslocando algodão, fios e tecidos de algodão e peixes, crustáceos e moluscos para terceiro e quarto lugar na pauta, respectivamente.

Apesar do aumento das exportações em 28% entre 1995 e 1998, o estado do Rio Grande do Norte ainda apresenta uma redução na taxa de cobertura das suas importações, embora mantenha a posição relativa nas exportações regionais.

A pauta de exportações do Rio Grande do Norte é composta principalmente de nove setores, não se evidenciando nenhuma mudança substancial na sua estrutura a não ser o setor de gorduras, óleos e ceras, que apresenta queda acentuada na pauta a partir de 1997. A exemplo do Piauí, também este estado não se mostra com forte especialização em nenhum dos setores de suas exportações.

A Paraíba expõe perda de participação nas exportações nordestinas durante a década de 1990, apresentando redução de 37% no valor de suas exportações, entre 1995 e 1998, assim como uma redução no valor de suas importações. Nesse movimento, o estado da Paraíba diversificou sua pauta. Enquanto em 1996 apenas cinco grupos de produtos eram responsáveis por 88% de suas exportações, em 1998, isso equivale a onze setores, destacando-se o surgimento expressivo, na pauta, de outros artefatos têxteis confeccionados e o aumento de 137% do setor de calçados. Essa diversificação é, em grande medida, efeito da redução vertiginosa do setor de bebidas na pauta estadual (variação negativa de 70%, de 1997 para 1998, passando de primeiro setor, em 1996, para quinto em 1998), além de reflexo da política de atração de indústrias (têxteis, calçados). O estado da Paraíba era responsável, em 1996, por 66% das exportações regionais do setor de bebidas (Ver TABELA 12).

O estado de Pernambuco, que vinha apresentando redução gradativa das suas exportações, recuperou-se, em 1997, pela performance das exportações do setor de açúcares. Contam-se doze setores como principais responsáveis pelas exportações desse estado em 1998 e açúcares responde por 53% da pauta. Desta pauta, salientamos o desaparecimento de bebidas do conjunto

TABELA 12
ESTADO DA PARAÍBA
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(56) Pastas, feltros e falsos tecidos, cordéis, cordas e cabos	40,96	26,99
(62) Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1,74	11,99
(64) Calçados, polainas e suas partes	4,55	10,80
(57) Tapetes e outros revestimentos de matérias têxteis	6,31	7,59
(22) Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	23,85	7,47
(41) Peles e couros	4,20	5,12
(17) Açúcares e produtos de confeitaria	3,27	4,80
(63) Outros artefatos têxteis confeccionados, artef. de mat. têxteis, calç. chapéus, etc.	6,24	4,23
(03) Peixes, crustáceos e moluscos	4,05	4,19
(20) Preparados de legumes, frutas e de outras partes de plantas	1,02	3,76
(59) Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, etc.	0,96	1,55
Total dos Principais Setores	97,15	88,49

FONTE: Confederação ... (1998)

de principais setores exportadores, fruto do fechamento de empresas. De uma participação de 7% em 1996, esse setor chega a 1998 com menos de 1% das exportações do estado. Afora bebidas, o estado conserva a estrutura de sua pauta ao longo da década, apesar da forte redução de suas exportações (Ver TABELA 13).

O estado de Alagoas mantém, desde 1996, sua posição relativa na pauta de exportações nordestinas, apesar de apresentar a maior queda da região quando se compara o ano de 1995 com 1998. A redução de suas importações diz respeito claramente à redução do nível de atividade do estado. Alagoas apresenta uma das mais res-

TABELA 13
ESTADO DE PERNAMBUCO
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(17) Açúcares e produtos de confeitaria	54,02	53,12
(85) Máquinas e aparelhos e materiais elétricos e suas partes	7,23	9,18
(39) Plásticos e suas obras	5,32	4,22
(08) Frutas, cascas de cítricos e de melões	3,39	4,19
(58) Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias e bordados	4,90	3,96
(29) Produtos químicos orgânicos	4,64	3,09
(41) Peles e couros	4,14	2,67
(40) Borracha e suas obras	3,29	2,28
(84) Reatores nucleares, caldeiras, máq. apar. e inst. mecânicos	0,64	2,15
(03) Peixes, crustáceos e moluscos	1,39	2,10
(61) Vestuário e seus acessórios, de malha	2,13	1,80
(76) Alumínio e suas obras	1,12	1,26
Total dos Principais Setores	92,21	90,02

FONTE: Confederação ... (1998)

tritas pautas do Nordeste, sendo o setor de açúcares responsável por 85%, determinando, portanto, o movimento das exportações do estado. Nesta pauta, cinco setores eram responsáveis em 1998 por 99% do total de suas exportações (Ver TABELA 14).

Sergipe é o estado nordestino onde as exportações mais cresceram entre 1995 e 1998 e que apresentou o maior aumento de importações na Região. Apesar disso, as exportações sergipanas não chegam a 1% do total nordestino em 1998. Como resultado de políticas de incentivos, a pauta sergipana apresenta alguma diversificação. O setor de calçados, que em 1997 ainda não se apresentava no grupo dos principais setores, chega em 1998 com 5% das exportações do estado. O setor de outros artefatos têxteis confeccionados, no qual se incluem confecções de cama e mesa, passa de 5%

das exportações estaduais, em 1997, para 10% em 1998.

A Bahia é responsável, em toda a década de 90, por cerca de 50% das exportações nordestinas. O movimento do valor das exportações e importações desse estado, entre 1995 e 1998, é praticamente estável, mantendo claramente sua competitividade revelada pelo comércio externo. A Bahia, obviamente, tem a pauta mais diversificada dentre os estados da Região, sendo 25 setores responsáveis por 92% de suas exportações. Essa diversificação é referendada pela participação de apenas 22%, em 1998, de seu principal setor de exportação (produtos químicos orgânicos), ressaltando-se que a Bahia é responsável por 85% das exportações nordestinas deste setor. A maior parte de seus principais produtos apresenta, na década de 90, um claro gan-

TABELA 14

ESTADO DE ALAGOAS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO NA PAUTA (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(17) Açúcares e produtos de confeitaria	78,24	85,21
(24) Fumo e seus sucedâneos manufaturados	4,23	5,63
(29) Produtos químicos orgânicos	14,37	4,53
(28) Produtos quím. inorgânicos, comp. inorg. ou org. de metais preciosos, etc.	1,02	2,30
(39) Plásticos e suas obras	1,58	1,86
Total dos Principais Setores	99,44	99,53

FONTE: Confederação ... (1998)

TABELA 15

ESTADO DE SERGIPE

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(20) Preparados de legumes, hortaliças e frutas etc.	48,81	45,40
(52) Algodão, fios e tecidos de algodão	22,89	19,10
(31) Adubos ou fertilizantes	18,60	11,70
(63) Outros artefatos têxteis confeccionados, etc.	4,82	9,99
(64) Calçados, polainas e suas partes		5,03
Total dos Principais Setores	95,12	91,22

FONTE: Confederação ... (1998)

ho de competitividade baseada em indicadores de desempenho do comércio exterior (Carta de Conjuntura ..., 1998). Do conjunto de seus principais setores, onze representam mais de 80% das exportações do setor correspondente para o Nordeste (Fontenele & Melo, 1998). As claras vantagens do Estado da Bahia estão fortemente associadas aos produtos com dotação de fatores ligados aos recursos naturais ali localizados, incluindo, principalmente, o Pólo Petroquímico.

7 - ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS: INSERÇÃO INTERNACIONAL DA REGIÃO NORDESTE, RESULTADOS RECENTES E ALGUMAS PERSPECTIVAS

As recomendações de medidas de política econômica destinadas a reforçar a capacidade de um espaço geográfico, dados os condicionantes internacionais, são geralmente apresentadas com o ob-

TABELA 16
ESTADO DA BAHIA
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SETORES DE EXPORTAÇÃO (1997-1998)

SETORES	1997	1998
(29) Produtos químicos orgânicos	21,14	21,79
(47) Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas	8,40	8,57
(18) Cacau e suas preparações	6,56	7,51
(27) Combustíveis, óleos e ceras minerais	5,60	7,37
(39) Plásticos e suas obras	7,32	5,82
(12) Sementes e frutos oleaginosos, grãos, plantas medicinais, etc.	3,07	5,56
(48) Papel e cartão, obras de pastas de celulose de papel ou de cartão	4,10	3,79
(71) Pérolas naturais, pedras e metais preciosos, chap. de metais prec. Bij. e moedas	4,37	3,68
(72) Ferro fundido, ferro e aço	5,86	3,49
(74) Cobre e suas obras	7,26	3,16
(56) Pastas, feltros e falsos tecidos, cordas e cabos.	2,23	2,27
(85) Máq. e ap. e materiais elét., ap. de repr. de som e imagem, etc.	3,07	2,25
(34) Sabões, ceras artificiais, produtos de conservação e limpeza, velas, etc.	0,85	1,88
(44) Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,08	1,65
(28) Produtos químicos inorgânicos	0,89	1,58
(41) Peles e couros	1,49	1,43
(23) Resíduos, desperdícios das ind. alim. alim. prep. para animais	1,52	1,41
(26) Minérios, escórias e cinzas	1,45	1,34
(09) Café, chá mate e especiarias	1,41	1,21
(15) Gorduras, óleos e ceras (animais e vegetais)	1,31	1,16
(24) Fumo e seus sucedâneos manufaturados	1,33	1,11
(38) Produtos diversos das indústrias químicas	0,91	1,05
(08) Frutas, cascas de cítricos e de melões	0,65	1,02
(68) Obras de pedra, gesso e cimento, amianto, etc.	1,14	1,00
(76) Alumínio e suas obras	0,78	0,99
(53) Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel e tecidos de fios de papel	0,80	0,85
(25) Sal e enxofre	0,91	0,77
Total dos Principais Setores	95,50	93,71

FONTE: Confederação ... (1998)

jetivo de ampliar o peso relativo das transações internacionais, considerando os limites impostos pelo vetor de variáveis macroeconômicas de caráter nacional decorrentes da política cambial, da promoção de exportações e do monitoramento das importações.

Esse trabalho apresentou os resultados de inserção da Região Nordeste impostos por seus próprios limites sistêmicos, pelos condicionantes internacionais, a partir dos anos 90, e pela política econômica brasileira adotada no período. O ambiente de abertura comercial foi aqui captado por meio de indicadores que mostram a exposição dos estados nordestinos ao comércio mundial no período 1991-1998, analisados em duas fases: pelos impactos iniciais da abertura comercial e pela evolução nos dois últimos anos do período (1997-1998).

De modo geral, o comércio exterior do Nordeste reagiu pouco durante o período da abertura comercial propriamente dita, tanto no que se refere ao grau de abertura de sua economia quanto ao coeficiente de importações ou à participação do volume de seu comércio no total do comércio exterior brasileiro. Os estados com maior participação no comércio externo da Região foram Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará (nessa ordem), com o evidente domínio baiano de quase a metade das exportações da Região. Deve-se salientar, no entanto, que o Maranhão se destaca, essencialmente, por ser um estado exportador dos mais pobres dentre os nordestinos, enquanto os demais (BA, CE e PE) se revelam por serem os mais ricos do Nordeste. Os desempenhos locais diferenciados deveram-se, em grande medida, à capacidade dos governos estaduais para a articulação e promoção de políticas que visaram as condições sistêmicas da competitividade, ou seja, os planos sociais, regulatórios, tecnológicos, fiscais, etc., além de serem reforçados por políticas setoriais. Lembramos da complexidade quando da orientação das políticas setoriais, que podem causar (e geralmente o fazem) um viés competitivo artificial, principalmente aqueles frutos da chamada “guerra fiscal”, já aludida em seções anteriores.

O dinamismo da demanda mundial foi retratado por meio dos destinos das exportações dos estados do Nordeste, vistos pelas vendas aos blocos econômicos estruturados e para os países da OCDE, o que nos permitiu identificar alguns setores exportadores nordestinos cuja demanda mundial pode ser considerada dinâmica e outros que despontam mais recentemente pelo aumento ou expansão do potencial dessa demanda, além de evidenciar oportunidades que foram perdidas, mais precisamente naqueles em que se verificou aumento da demanda e vantagem comparativa para o Nordeste quando comparado ao Brasil, mas em que o País como um todo não se mostrou competitivo.

Em geral, os setores industriais nos quais o Nordeste apresenta claramente vantagem em relação ao restante do País, dentro do quadro de dinamismo da demanda mundial, são sobretudo aqueles cujas performances resultam das políticas industriais implementadas nos estados da Região e são impulsionadas por investimentos públicos no período que antecedeu a abertura comercial. Esse fato pode ser evidenciado, por exemplo, pelo desempenho internacional dos produtos advindos do pólo petroquímico de Camaçari (Bahia), do complexo minero-metalúrgico do Maranhão e do pólo têxtil no Ceará. Este último estado, mais recentemente, atraiu investimentos no setor de calçados cujos reflexos no comércio exterior já se fazem sentir nos anos recentes, modificando, até mesmo, resultados de estudos anteriores, como em Hidalgo (1999).

Essas políticas forçaram também algum redirecionamento da indústria nordestina, de atividades tradicionais para as de bens intermediários (*commodities*), construindo, por meio desses investimentos, vantagens comparativas difíceis de ocorrer sem a realização de tais inversões.

Este comportamento também é constatado pela concentração em poucos setores competitivos internacionalmente e com localização própria em alguns estados, mais precisamente os maiores exportadores da Região, ou seja, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará, que detêm jun-

tos 92% dos investimentos programados para o Nordeste no período 1998-2003, o que poderia referendar nossa proposta de utilização da variável exportação como promotora do crescimento econômico (Atlas ..., 1998).

Considera-se necessária a identificação dos setores pela ótica do desempenho revelado pelo comércio exterior, uma vez que evidencia vantagens comparativas estaduais ou regionais para que o apoio, mediante políticas a esses setores específicos, possa complementar políticas horizontais (de caráter geral) e evitar a geração de possíveis vieses na estrutura competitiva da Região.

No Nordeste, assim como no Brasil, a maior parte da pauta de exportação constitui-se de *commodities* tradicionais ou de produtos da indústria tradicional, conservando o resultado que sempre ocorreu ao longo de sua história: o Nordeste destacou-se internacionalmente na exportação de produtos de processamento básico.

A base de sustentação da competitividade do setor de *commodities* sempre esteve fincada em questões de mercado (inserção no mercado interno e externo), na configuração da indústria (disponibilidade e favoráveis condições de acesso às matérias-primas e promoção de investimentos na logística de escoamento da produção) e no regime de incentivos à regulação (crédito e subsídio). Essa base é claramente evidenciada pelo desempenho diferenciado do comércio exterior, principalmente dos estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco, vistos pelos seus setores revelados internacionalmente (Haguenaer, Ferraz & Kupfer, 1996).

No grupo de produtos industriais tradicionais, a base de sustentação da competitividade das empresas está historicamente apoiada nas características do mercado (segmentação pelo nível de renda e baixo grau de exigência), pela configuração da indústria (existência de um núcleo de empresas capacitadas) e pelo regime de incentivos (permissividade quanto a condutas não-competitivas). Ressalte-se que em alguns

segmentos – tecidos de algodão, artigos de malharia, etc. (Haguenaer, Ferraz & Kupfer, 1996) – identificam-se empresas dotadas de capacidade competitiva internacional. Nesse grupo, está refletida, de modo geral, a heterogeneidade competitiva da indústria nordestina. O desempenho revelado pelo comércio exterior de todos os estados nordestinos evidencia a presença generalizada de setores com essas características.

Considerando os limites impostos pelas políticas horizontais expostas pela administração das variáveis macroeconômicas, acreditamos que a manutenção ou criação de novos setores competitivos na Região somente será possível por meio da associação de estratégias estaduais estilizadas, levando em conta as características específicas dos estados nordestinos, mais precisamente no que se refere a estratégias industriais, de investimentos públicos e de assistência que possam alavancar as condições sociais da Região com melhoria de qualidade dos gastos públicos. Esta associação de estratégias poderia, sem dúvida, vir a criar uma sinergia, produzindo efeitos positivos. Tais efeitos relaxariam os limites sistêmicos, modificando (para melhor) o ambiente externo aos setores já considerados competitivos e, talvez, fazendo surgir outros. Seria esse um caminho que possivelmente poderia impor ao Nordeste uma trajetória diferente daquela escrita por sua história.

Abstract

This paper analyses the exporting capacity of Northeast Brazil viewed by its systemic conditions related to economic overture and the recent states foreign trade performance. The expanding capacity possibilities are presented through the performance revealed in recent years, thanks to systemic conditions as well as by public politics of the states and exports destinations. Taking into account the limits set by national macroeconomic policies, we concluded that maintaining or developing new competitive sectors in the Northeast Region will only be possible through stylized state strategies in accordance

to each state specificity and by adopting industrial strategies, public investments and social work. These initiatives could improve social conditions of the Northeast along with the improvement of public expenses quality.

Key words:

International Trade; Competitiveness; Northeast Region.

8 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADUANEIRAS. **Tarifa externa comum**. São Paulo, 1998.

ATLAS do mercado brasileiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1998.

BOLETIM CONJUNTURAL. Recife: Sudene, n. 5, nov. 1997.

CARTA DE CONJUNTURA DO NORDESTE DO BRASIL. Recife: Sudene, ano 1, n. 1, jun. 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Desempenho exportador da indústria brasileira**. Rio de Janeiro, 1998.

CONSIDERA, C. M.; MEDINA, M. H. **PIB por Unidade da Federação**: valores correntes e constantes –1985/1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, n. 610).

COUTINHO, L.; FERRAZ, J.C. (Coord.). **ECIB**: Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FONTENELE, A. M.; MELO, M. C. P. Efeitos da abertura comercial sobre o setor externo da Região Nordeste do Brasil: especialização e vantagem comparativa revelada. In: JORNA-

DA NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 1., 1998, Vitória. **Anais ...** Vitória: SEP, 1998.

FONTENELE, A. M.; MELO, M. C. P.; ROSA, A. L. Setores exportadores da Região Nordeste: uma análise sob a ótica da competitividade revelada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26, 1998, Vitória. **Anais ...** Vitória: ANPEC, 1998.

HAGUENAUER, L.; FERRAZ, J.C.; KUPFER, D. Competição e internacionalização da indústria. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

HIDALGO A. O comércio internacional e as vantagens comparativas da Região Nordeste do Brasil. In: LIMA, J. P. R. (Org.). **Economia e região**. Recife: Universitária, 1999.

IPEA. **Desenvolvimento humano e condições de vida**: indicadores brasileiros. Brasília, 1998. a.

_____. **Economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro, 1998. b.

SUDENE. **Relatório preliminar da pesquisa**: competitividade da indústria nordestina - uma análise sistêmica. Recife, 1999.

THORSTENSEN, V. et. al. **O Brasil frente ao mundo dividido em blocos**. São Paulo: Livraria Nobel, 1994.

Recebido para publicação em 14.OUT.2000.



Todos participam, todos se comprometem, todo fazem a sua parte. A começar pelo Banco do Nordeste.

Em 1955 municípios nordestinos estão brilhando a luz do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste. Um espaço empresarial que reúne instituições públicas e empresas privadas, lideranças comunitárias e todas as pessoas que podem atuar no processo de desenvolvimento integrado. Juntos, eles discutem, priorizam e executam ações que facilitam a vida de quem produz ou quer produzir. Dessas reuniões, têm nascido estradas, ampliação da rede de energia e formações de cooperativas. Têm chegado mais crédito para tocar os negócios e capacitação para tornar a economia da

Região mais competitiva. Têm aparecido novas idéias e muitas soluções para o crescimento regional. É a comunidade local decidindo os rumos do próprio desenvolvimento. Informe-se sobre a próxima reunião do Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste no seu município. Ou ligue grátis para o serviço Cliente Consulta do Banco do Nordeste 0800 783030.



Cliente Consulta 0800-78-3030 • clienteconsulta@banconordeste.gov.br • www.banconordeste.gov.br